

CADERNO DE PROVA

ADVOGADO



N.º DE INSCRIÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)

Domingo, 12 de abril de 2015.

1	
2	
3	
4	
5	

6	
7	
8	
9	
10	

11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	



ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- 1. Aguarde a orientação do aplicador da Uniuv para iniciar a prova.
- 2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
- 3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul para assinalar a folha de respostas. Utilize lápis e borracha apenas para suas anotações no caderno de provas.
- 4. Para assinalar as respostas na folha correspondente basta preencher todo o círculo que contém a letra escolhida da questão pertinente da seguinte forma: ■
- 5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
- 6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
- 7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
- 8. Ao início da prova, o aplicador comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
- 9. Ao término da prova, entregue TODO O MATERIAL recebido.
- 10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Assine e marque seu número de inscrição.
- 11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
- 12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal volante.
- 13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora, a contar do início da prova.
- 14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
- 15. Destaque o espaço abaixo para copiar as suas respostas, para posterior conferência, se quiser.
- 16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
- 17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão divulgados, via internet, no site concursopublico.uniuv.edu.br a partir das 17h do dia 13 de abril de 2015.

Os gabaritos e as provas objetivas estarão disponíveis no site da Uniuv, concursopublico.uniuv.edu.br, a partir das 17h do dia 13 de abril de 2015.



- 1. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
- A () manifestação pública;
- B () protestos;
- C () iniciativa popular;
- D () petição judicial;
- E () disque-denúncia.
- 2. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, é CORRETO afirmar que:
- A () o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- B () o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável duas vezes, por igual período;
- C () o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- D () o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, improrrogável.
- E () o prazo de validade do concurso público será de dois anos, improrrogável.
- 3. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, é CORRETO afirmar que a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis é matéria afeta à:
- A () Lei Complementar;
- B () Lei Ordinária;
- C() Lei Delegada;
- D () Medida Provisória;
- E() Decreto Legislativo.
- 4. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, é CORRETO afirmar que as leis que disponham sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva são de iniciativa:
- A () da Câmara de Vereadores;
- B () da Câmara dos Deputados;
- C () do Senado Federal;
- D () do Presidente da República;
- E () do Comando Geral do Exército Brasileiro.
- 5. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, é CORRETO afirmar que as leis delegadas serão elaboradas:
- A () pelo Presidente da República;
- B () pelo Ministro da Justiça;
- C () pelo Ministro das Relações Internacionais;
- D () pelo Supremo Tribunal Federal;
- E () pela Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.



- 6. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- A () Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros países, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população indiretamente interessada, por meio de referendo, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- B () Os Estados e o Distrito Federal podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrarse para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população indiretamente interessada, por meio de referendo, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- C () Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados, Distrito Federal ou Territórios Federais, mediante aprovação da população indiretamente interessada, por meio de referendo, e do Congresso Nacional, por lei delegada.
- D () Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população indiretamente interessada, por meio de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- E () Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por emio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- 7. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- A () A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei delegada.
- B () A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Federal, apresentados e publicados na forma da lei.
- C () A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- D () A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- E () A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual, apresentados e publicados na forma da lei.



- 8. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que a emissão de moeda compete:
- A () à União Federal;
- B () aos Estados e ao Distrito Federal;
- C () ao Distrito Federal, somente;
- D () aos Municípios;
- E () ao Museu Nacional da Moeda.
- 9. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- A () manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;
- B () exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;
- C () executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- D () organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;
- E () estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- 10. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- A () O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado;
- B () O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a outorgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado;
- C () O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um turno duplo, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado;
- D () O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em quatro turnos, com o interstício máximo de dez dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado;
- E () O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em três turnos, com o interstício mínimo de sete dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado;



- 11. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:
- A () 09 (nove) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- B () 10 (dez) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- C () 11 (onze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- D () 12 (doze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- E () 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- 12. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que os:
- A () subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa do Executivo;
- B () subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal;
- C () subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa do Tribunal de Contas do Estado;
- D () subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa da Assembleia legislativa;
- E () subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais são fixados por lei de iniciativa do Conselho Distrital de Contas.
- 13. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- A () A Câmara Municipal não gastará mais de trinta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- B () A Câmara Municipal não gastará mais de quarenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- C () A Câmara Municipal não gastará mais de cinquenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- D () A Câmara Municipal não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- E () A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- 14. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:
- A () não enviar o repasse para a Câmara Municipal até o dia cinco de cada mês;
- B () não enviar o repasse para a Câmara Municipal até o dia dez de cada mês;
- C () não enviar o repasse para a Câmara Municipal até o dia quinze de cada mês;
- D () não enviar o repasse para a Câmara Municipal até o dia vinte de cada mês;
- E () não enviar o repasse para a Câmara Municipal até o quinto dia útil de cada mês.

- 15. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que <u>NÃO</u> compete aos Municípios:
- A () instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- B () criar, organizar e suprimir regiões metropolitanas, observada a legislação estadual;
- C () prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- D () promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- E () promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- 16. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- A () É permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- B () É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- C () É obrigatória a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- D () É facultada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- E () É incentivada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- 17. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- A () O Distrito Federal e seus Municípios reger-se-ão por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a decretará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.
- B () O Distrito Federal e seus Municípios reger-se-ão por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por um terço da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.
- C () O Distrito Federal e seus Municípios reger-se-ão por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.
- D () O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.
- E () O Distrito Federal e seus Municípios reger-se-ão por lei orgânica, votada em três turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.
- 18. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar é material cujas disposições normativas devem estar estabelecidas em:
- A () Lei Federal;
- B () Lei Complementar Distrital;
- C () Lei Ordinária Distrital;
- D () Decreto Legislativo Distrital;
- E() Lei Municipal.



- 19. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, é **CORRETO** afirmar que entre os princípios diretos da administração pública, estampados no seu artigo 37, não é originário da promulgação da Constituição o princípio da:
- A () legalidade;
- B () impessoalidade;
- C() moralidade;
- D () publicidade;
- E () eficiência.
- 20. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- A () não é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- B () é garantido ao servidor público militar o direito à livre associação sindical;
- C () é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- D () é obrigatório ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- E () é obrigatório ao servidor público militar o direito à livre associação sindical.
- 21. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- A () a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, exceto autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;
- B () a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, excluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;



- C () a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;
- D () a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a oitenta por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;
- E () a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.



- 22. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- A () A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- B () A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- C () A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- D () A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, no âmbito de sua competência, regime jurídico diferenciado e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- E () A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira diferenciados para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.
- 23. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- A () Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão mensalmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos;
- B () Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos;
- C () Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos;
- D () Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão mensalmente apenas os valores da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- E () Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente apenas os valores do subsídio dos cargos e empregos públicos.
- 24. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que, no exercício de mandato eletivo, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, aplica-se a seguinte regra:
- A () Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sem possibilidade de optar pela sua remuneração;
- B () Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sem remuneração;
- C () Investido no mandato de Prefeito, será mantido no cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- D () Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- E () Investido no mandato de Prefeito, será exonerado do cargo, emprego ou função;



- 25. De acordo com o <u>texto</u> da Constituição da República Federativa do Brasil, é <u>CORRETO</u> afirmar que:
- A () as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- B () as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, excetuados os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- C () as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e controle interno;
- D () as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, nunca preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- E () as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, não se destinam às atribuições de direção, chefia e assessoramento.